



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 302

00129

COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302, DE 2006

MEDIDA PROVISÓRIA N° 302, DE 2006

Dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAM e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais – GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro – GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar – GEFM; e dá outras providências.

EMENDA N°

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O inciso X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 6º



X – ocupantes de cargos efetivos, definidos na Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, cujas atividades envolvam o exercício de funções de auditoria e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

fiscalização sobre patrimônio, direitos e interesses da Fazenda Nacional.' (NR)'

JUSTIFICAÇÃO

A alteração ora sugerida afeta dispositivo legal que contempla com a permissão de porte de arma, na redação em vigor, exclusivamente Auditores-Fiscais da Receita Federal e Técnicos da Receita Federal. O comando em questão encontra-se, em razão do critério adotado, eivado de defeitos que necessitam de correção urgente.

De fato, a indicação de cargo público específico nele promovida, com exclusão de outros de mesma natureza e finalidade, incorre em evidente discriminação. A omissão da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, deixou de contemplar os Auditores Fiscal da Previdência Social que ocupam atividades e exercem ações de natureza assemelhada e igualmente vocacionadas para o conflito de interesses entre a administração e o pólo oposto da relação jurídica alcançada.

No exercício de suas funções, Auditores-Fiscais da Previdência Social sofrem as mesmas restrições que incidem sobre seus colegas da Receita Federal, havendo inclusive projeto de lei sob o exame do Senado Federal que unifica as duas carreiras. O exemplo ilustra com clareza a necessidade de se atribuir o porte de arma de forma abstrata, sem especificar categorias funcionais alcançadas, permitindo-se que o administrador possa conceder a prerrogativa a todos os que dela necessitem para um desempenho mais seguro das atribuições de seus cargos.

São esses os motivos pelos quais se pede o apoio dos nobres Pares à modificação aqui aventada.

Sala da Comissão, em 05 de julho de 2006.

Deputado Federal MARCO MAIA (PT/RS)

